

Favela, genocídio e violência policial: administração pública do horror

RENATO NUNES BITTENCOURT*

Resumo:

O artigo aborda de que maneira nossa desestruturação política operacionalizada por um regime que faz do déficit democrático o seu sistema de governança faz da violência policial um mecanismo de contenção das massas sociais, adestrando-as conforme a lógica do medo e da precariedade existencial, tornando-as dóceis e submissas, com o apoio estratégico de nosso mercado ultraliberal, completamente avesso ao crivo democrático.

Palavras-chave: Favela; Violência; Opressão; Polícia; Fascismo.

Slum, genocide and policial violence: public administration of horror

Abstract:

The article discusses how our political disruption operationalized by a regime that makes the democratic deficit its governance system makes police violence a mechanism of containment of the social masses, training them according to the logic of fear and existential precariousness. the docile and submissive, with the strategic support of our ultraliberal market, completely averse to the democratic

Key words: Slum; Violence; Oppression; Police; Fascism.



* **RENATO NUNES BITTENCOURT** é Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ e Coordenador do Curso de Administração da FACC-UFRJ

Cada vez mais, ser pobre é encarado como um crime; empobrecer, como o produto de predisposições ou intenções criminosas – abuso de álcool, jogos de azar, drogas, vadiagem e vagabundagem. Os pobres, longe de fazer jus a cuidado e assistência, merecem ódio e condenação – como a própria encarnação do pecado
(BAUMAN, 1998, p. 59).



Foto: [Agência Nacional de Favelas](#)

Introdução

As facilidades informacionais decorrentes da Cibercultura promoveram maior horizontalização da comunicação, descentralizando um modelo de poder discursivo tradicionalmente hierárquico e vertical, fomentando iniciativas que indubitavelmente romperam com as categorias clássicas da representatividade política. As redes sociais, em especial, contribuíram bastante para esse quadro de inovação comunicacional, para o bem ou para o mal. Laços de solidariedade são

fortalecidos por internautas que rompem as barreiras espaço-temporais e assim conseguem mobilizar pessoas axiologicamente afins. O sistema político inevitavelmente foi assimilado por tal dispositivo, mantendo com esse, todavia, uma relação ambivalente. Por um lado lideranças políticas alimentam as suas bases virtuais de apoio graças ao caráter informal proporcionado pelo estofo das redes sociais, por outro essas mesmas lideranças políticas se esforçam para que possam atuar com uma boa margem de distância em relação aos seus seguidores, em prol de uma

pretensa independência em relação aos discursos heteróclitos da plateia eletrônica, tarefa cada vez mais difícil no desenrolar de nossa civilização tecnocrática regida pelo contínuo monitoramento social e ideológico. Eleições são ganhas não mais por belos e sublimes discursos e por propostas convincentes apresentadas em debates ou entrevistas, mas sim pela capacidade em se usar os recursos das redes sociais para mobilizar e inflamar as legiões de seguidores, inclusive através da propagação de informações mentirosas via aplicativos de mensagens, habilidade bastante utilizada por políticos autoritários adeptos do reacionarismo social. Essas tenebrosas lideranças demagógicas sabem instrumentalizar convenientemente os anseios virulentos dessas massas, caracteristicamente ruidosas em seus enunciados, e assim fazem da política via rede social e as novas tecnologias da informação, que cada vez mais desinformam, o seu *modus operandi* mais visível.

Um dos grandes problemas dessa nova forma de participação política reside na ausência de filtro moral, que a vivência parlamentar, apesar das suas limitações inerentes, razoavelmente administrava outrora. Obviamente que os exemplos de políticos histriônicos e ensandecidos proliferam vertiginosamente, mas a anomia das redes sociais é algo também digno de ser analisado, pois cada eleitor-internauta se considera no direito de emitir opiniões sobre os mais diversos temas, mesmo sem deter qualquer propriedade sobre os assuntos, reconfigurando-se assim a “cultura do achismo”. A situação se torna catastrófica quando o debate sobre questões complexas, contraditórias e densas da administração pública são apropriadas pela massa virtualizada, e assim grosseiramente simplificadas em

palavras de ordem, preconceitos e noções rudimentares acerca da sociedade e suas organizações.

O debate sobre segurança pública, violência e criminalidade é um exemplo desse fenômeno que de forma alguma pode ser mascarado, mas analisado, compreendido e apropriado por pessoas comprometidas com a clareza e o progresso democrático da sociedade, de modo que possamos favorecer um processo ótimo de esclarecimento pedagógico-político e assim mitigar os efeitos degenerativos da ignorância que perpassa substancialmente os discursos obscurantistas desse tipo de eleitorado, que faz de sua acessibilidade virtual uma ágora na qual pode emitir inconsequentemente suas noções distorcidas da realidade social, prejudicando assim a clareza, a racionalidade e a seriedade, disposições fundamentais para uma análise política eficiente e razoável. Em um momento histórico no qual o valor epistemológico da verdade perdeu impacto na formação da opinião pública, e que mentiras e distorções são impunemente propagadas de modo a se consolidar uma hegemonia reacionária em nossas pautas políticas, é fundamental que a arrogância ignorante e o espírito de ressentimento sejam alijadas do poder discursivo, pois somente a agenda da reatividade e da destruição niilista da sociedade fazem parte das suas diretrizes morais, sem qualquer empenho pela efetivação do bem comum, da democracia, da justiça social.

O outrora as emissões tacanhas da massa reacionária permaneciam restrita aos círculos familiares, profissionais e sociais, salvo infelizes exceções de penetração midiática. A virtualização da comunicação e a acessibilidade das redes sociais deram voz não só aos

tolerantes, aos estudiosos, aos críticos, aos esclarecidos, mas também aos imbecis. Contudo, não é para lamentarmos essa situação: podemos talvez agora saber efetivamente com quem efetivamente convivemos e, conforme uma perspectiva democrática, não apenas combater e neutralizar as emissões grotescas dos reacionários, mas propor alternativas esclarecidas em relação aos mesmos, em uma batalha política pela hegemonia discursiva, sem descurarmos, obviamente, da luta pela reconquista dos espaços sociais ocupados astutamente por esses setores retrógrados da sociedade brasileira, alheia ao bem comum, às conquistas sociais das classes subalternas, aos valores indiscutíveis dos direitos humanos, em suma, avessa ao espírito republicano/democrático que propicia uma razoável constitucionalidade em nossas vidas. São muitas frentes de batalha, na qual a rede, a rua, as organizações sociais e as estruturas políticas/parlamentares não se excluem.

Reacionarismo social e necrofilia policial

A grande ofensiva reacionária da direita xucra visa suplantar todo projeto político de cunho progressista (seja da esquerda ou não), toda forma de mobilização social que defenda a emancipação dos subalternos do sistema capitalista, mais do que nunca avessa aos direitos humanos e aos critérios basilares da dignidade pessoal. O sonho dourado das hordas fascistas consiste em estabelecer o retrocesso geral ao cenário político brasileiro, solapando as conquistas trabalhistas, a inclusão social, o empoderamento feminino, a judicialização do racismo e da homofobia. Esse espírito niilista vislumbra erigir a grande ponte para o passado. O fascismo é sempre patriarcal, sexista, elitista, truculento,

em defesa da pretensa ordem nacional e do mítico espírito da pátria. Patriotas ridículos que glorificam bandeiras de outros países e que não se opõem ao processo de decomposição do patrimônio nacional para a satisfação dos negócios escusos das empresas multinacionais.

A necrofilia se torna ubíqua na política de repressão aos subalternos da estrutura social do regime capitalista. A máquina de produção da morte gera indiferença e escárnio em relação àqueles que são despojados aprioristicamente do direito de viver. As classes abastadas, moralistas hipócritas, somente se mobilizam publicamente quando os seus interesses egoístas são prejudicados pelas ações governamentais, promovendo então passeatas nas zonas nobres da cidade onde exibem sua indignação seletiva contra a ordem vigente imputada como corrupta. Essas elites, sepulcros caídos, não se sensibilizam pelas dores dos trabalhadores, dos favelados, dos desempregados, dos sem-teto, dos invisíveis, de toda a massa humana despojada de cidadania e de direitos sociais que vive em estado contínuo de precariedade. A canalhada asséptica e esnobe não se importa com as mortes de crianças pelas ações irresponsáveis das forças policiais na insana luta contra o narcotráfico, ele mesmo financiado pelos consumidores abastados dessa elite podre. Sonhos e projetos encerrados pois esses mortos são imputados como indignos de viver em nossa seletiva ordem capitalista, que depende da eliminação física dos pobres e dos indesejáveis para manter seu devido distanciamento entre as classes sociais. Conforme aponta Jessé Souza,

O excluído, majoritariamente negro e mestiço, é estigmatizado como perigoso e inferior e perseguido não mais pelo capitão do mato, mas,

sim, pelas viaturas de polícia com licença para matar pobre e preto. Obviamente, não é a polícia a fonte da violência, mas as classes média e alta que apoiam esse tipo de política pública informal para higienizar as cidades e calar o medo do oprimido e do excluído que construiu com as próprias mãos. E essa continuação da escravidão por outros meios se utilizou e se utiliza da mesma perseguição e da mesma opressão cotidiana e selvagem para quebrar a resistência e a dignidade dos excluídos (SOUZA, 2019, p. 88)

O moralismo conservador prejudica a análise fria dos fatos acerca do necessário debate sobre a legalização da produção e do consumo de entorpecentes. As táticas policiais de combate ao narcotráfico se revelam ineficientes e, tanto pior, incentivam práticas ilícitas entre os agentes públicos. Toda uma rede política e financeira depende da criminalização do narcotráfico para obter vantagens incalculáveis, em especial diversos setores estratégicos das corporações policiais e mesmo altas esferas do poder judiciário. Não podemos esquecer que até mesmo na questão da comercialização e consumo de drogas ocorre um injustificado seletivismo social/penal: uma grande quantidade de maconha na mochila de uma pessoa branca é lenitivamente considerada como “porte de usuário”, uma pequena quantidade de maconha na bolsa de um preto/favelado é severamente condenada como tráfico de drogas. Os maiores consumidores de cocaína são empresários, membros do mercado financeiro, atletas, artistas, celebridades, e essas figuras raramente são esmagadas pelo braço punitivo do sistema penal. Aviões oficiais do governo brasileiro transportam cocaína na rota do narcotráfico internacional. Cocaína é transportada em helicópteros de

políticos atolados na lama da corrupção. Fatos desse tipo são usualmente escamoteados para que não atentem contra a santidade inviolável de nossas instituições conservadoras.

Analisando-se o problema de maneira técnica, a demonização das drogas é incoerente, pois em quaisquer critérios não há uma ponderação racional sobre o problema. Diversas drogas generosamente legalizadas são talvez tão prejudiciais para a saúde do usuário tal como as que são efetivamente proibidas. Não podemos também esquecer dos alimentos repletos de agrotóxicos, assim como do tabagismo e do consumo de bebidas alcóolicas. Esse é o grande contrassenso: condena-se o consumo de entorpecentes por fatores moralistas, mas faz-se silêncio para a degradação orgânica produzida pela péssima qualidade dos alimentos que ingerimos em decorrência da flexibilização das leis sanitárias que tanto auxiliam os interesses financeiros do agronegócio. Outro argumento hipócrita apresentado pelos pretensos liberais da economia e conservadores dos costumes reside na tese de que o poder público não pode deixar o sujeito degradar sua própria vida pela ingestão de narcóticos. Ora, a máquina pública submetida ao crivo do mercado pouco faz para atenuar os problemas de saneamento básico de populações carentes, assim como a oferta de serviços de saúde de efetiva qualidade. Logo, essa tutela estatal é sempre relativa e parcial. Poderíamos ainda incluir no rol dos males cotidianos da sociedade industrial a poluição generalizada e os efeitos deletérios do aquecimento global, problemas que ameaçam o futuro da vida na Terra e que ainda encontram resistências políticas e corporativas para que se tente atenuar os seus estragos já bastante intensos. Sem temer parecer ridículo

com o questionamento, mas o que é o consumo de drogas de usuário perante tais situações de grande risco civilizatório? Sabemos que um dos argumentos utilizados para demonizar o livre consumo de drogas reside nos seus atribuídos efeitos incapacitantes para a produtividade individual, algo intolerável para a ética do trabalho no sistema capitalista, que exige dedicação incondicional ao espírito da empresa e não compactua com pessoas incapacitadas de gerar lucros para a corporação mediante a exploração de sua força de trabalho pessoal. Conforme dito anteriormente, muitos segmentos da plutocracia capitalista são ávidos consumidores de entorpecentes e poucas objeções lhes são feitas por isso. Não há problemas práticos ou impedimentos morais se você é um viciado rico que mantém relações escusas com os aparatos penais.

Um defensor do liberalismo econômico não pode, pela própria lógica, cercear o consumo de drogas por um dado sujeito, pois este deveria ser considerado, nessa dimensão axiológica, responsável pelos seus atos, e nenhuma autoridade externa possui legitimidade para impedir que tal indivíduo conduza sua própria vida do modo que ele considera mais pertinente para si mesmo.¹ Além disso, o consumo

¹ “O único propósito com o qual se legitima o exercício do poder sobre algum membro de uma comunidade civilizada contra a sua vontade é impedir dano a outrem. O próprio bem do indivíduo, seja material seja moral, não constitui justificação suficiente [...] A única parte da conduta por que alguém responde perante a sociedade é a que concerne aos outros. Na parte que diz respeito unicamente a ele próprio, a sua independência é, de direito, absoluta. Sobre si mesmo, sobre o seu próprio corpo e espírito, o indivíduo é soberano” (STUART MILL, 1991, p. 53). Vejamos o que diz Walter Block, expoente do libertarismo: “É a proibição que drasticamente força a alta do preço e conduz o viciado a uma vida de crime e brutalidade que pode acabar com sua própria morte ou a de suas

de drogas movimentam uma complexa fatia do mercado, como qualquer outro tipo de consumo tão convenientemente aceitável em nossa dinâmica civilizacional do capitalismo. A dinâmica econômica capitalista gira em torno da tentativa de satisfação dos vícios, não das virtudes. Talvez a legalização da produção e do comércio de drogas ajudaria a aquecer o mercado em crise, ideia tão ao gosto do empresariado adepto das pautas econômicas liberalizantes. Trata-se de um debate necessário ao qual não podemos mais renunciar.

Os reacionários sociopatas fazem alarde contra a pretensa sexualização das crianças, impondo censura e cerceamento às atividades culturais e literárias, mas essa chusma pouco se importa com os fatos, as mortes de crianças pobres alvejadas nas favelas, crianças pobres desnutridas, desprovidas de educação e de estabilidade familiar. Em nome da manutenção da ordem pública, defendem inclusive a flexibilização das leis trabalhistas para que crianças possam adentrar no mercado de trabalho para que assim se afastem de possíveis desvios sociais. Tal discurso, em verdade, só se aplica para as crianças pobres, geralmente pouco assistidas pelas políticas públicas na era da fragmentação do poder integrador do Estado. Crianças de famílias abastadas ficariam, obviamente, fora dessa necessidade material, podendo assim se dedicar integralmente aos estudos e atividades culturais fundamentais para a ótima formação pessoal. Teríamos assim a ampliação do hiato social entre as elites e as massas. Algo similar

vítimas [...] Existem aqueles que podem querer falar, educar e prevenir contra o consumo de drogas, mas proibi-lo é uma violação clara dos direitos dos que querem usá-las (BLOCK, 2010, p. 55; p. 62).

ocorre nos países imperialistas que promovem guerras para fomentar a indústria armamentista: somente os jovens das classes subalternas são arregimentados para atuar no front. Os jovens abastados estudam em universidades requintadas, participam dos negócios familiares, viajam pelo mundo ou permanecem em uma vida ociosa desfrutando de farta herança. O niilismo fascista é um câncer social que cresce através da negação da esperança.

Quando um governante extravasa impudicamente discursos de ódio, as corporações policiais e as hordas reacionárias da sociedade civil sentem-se fortalecidas na legitimação moral das suas ações truculentas. O próximo passo da distopia fascista é o próprio governante atuar na linha de frente do combate ao crime com seu portentoso fuzil-fetichismo e eliminar alguns inimigos da ordem pública. Para que essa distopia adquira tons mais dramáticos, nada melhor que o governante morrer pela defesa da sociedade asséptica que ele pretende estabelecer e assim se tornar um herói mítico a ser celebrado pela religião militarista do cidadão de bem. O poder executivo, na era do extremismo direitista, não se envergonha mais em externalizar de modo tão vivaz os seus projetos necrófilos, demonstrando que o projeto burguês-liberal de um Estado neutro, regulador dos conflitos sociais, é uma farsa. O Estado é o poder consolidado das classes dominantes, que opera sua política de morte para manter as classes subalternas, classes “perigosas”, nos seus devidos lugares. Vigora assim a lógica do abate, o inimigo deve ser morto impiedosamente. Cada marginal eliminado é festejado pelo governante engravatado, que somente eleva seu tom de voz no palanque, mas se acovarda para enfrentar as contradições sociais de nossa estrutura pública cindida. Os

privilégios corporativos continuam incólumes. De acordo com Jorge Beinstein,

O sistema exclui e culpabiliza, criminalizando o excluído, liberando de culpa os demais, os integrados, em especial as cúpulas dominantes, legitimando seus comportamentos, suas estratégias econômicas e privilégios. Este mecanismo que divide, oculta encadeamentos causais, confronta de maneira irracional, abstrata, o “delinquente”, o transgressor, com as normas estabelecidas (BEINSTEIN, 2001, p. 189).

Um dos grandes problemas dessa gestão política é que não apenas os criminosos são eliminados, mas também qualquer pessoa que se oponha criticamente ao projeto fascista, que se pavoneia como um misto de Juggernaut e de Moloch. Não é de se espantar que mesmo setores populares apoiem as políticas de extermínio perpetradas pelas forças policiais, seguindo as extremistas diretrizes governamentais. A sensação generalizada de insegurança e de medo tonifica os afetos mais reativos de cada pessoa, tornando-a propícia aos estímulos espetaculares das ações letais das forças policiais contra a criminalidade, mesmo que tais atos redundem em excessos que eliminem pessoas desprovidas de qualquer culpabilidade. Com efeito, os danos colaterais se tornam uma constante nas incursões policiais contra a marginalidade social, e o caráter mais aterrador desse processo terrorista se manifesta quando as autoridades, de antemão, lamentam possíveis inconvenientes que tais ações ocasionarão sobre as vidas das pessoas atingidas, “acidentalmente”, pelos disparos dessas armas que visam aniquilar o grande inimigo da ordem

social. Luiz Eduardo Soares considera que

Policiais brutos, racistas e genocidas e aparelhos judiciais racistas e violadores das garantias individuais não são equivalentes a instituições judiciais comprometidas com uma constituição democrática ou a polícias controladas pela sociedade, que prestem contas de suas ações e se orientem por princípios como a presunção da inocência e os direitos humanos. As distinções não são periféricas e negligenciáveis. Para o cotidiano do povo, fazem a diferença entre a vida e a morte (SOARES, 2019, p. 267-268).

O excludente de ilicitude é a adequação do fascismo institucionalizado aos dispositivos jurídicos em favor da satisfação da sanha assassina de agentes policiais que poderão exercer ainda mais impunemente suas ações destruidoras contra os cidadãos mais pobres. Basta que o soldado alegue ter agido sob efeito de súbita emoção ao eliminar uma pessoa para vir a ser anistiado pelo tribunal militar, previamente orientado para a absolvição do crime do agente. Essa é a verdadeira licença legalizada para matar, a barbárie chancelada pelo fascismo penal. Qual critério técnico cerceará a ação assassina do policial? A aplicação dessa proposta insana revelará o despreparo profissional dos agentes das corporações policiais, que, nessas condições, aparentam apenas agir pelo impulso e não pela razão fria. Cai por terra toda noção de equilíbrio, discernimento, sensatez, própria de um treinamento militar eficiente. Esse mecanismo jurídico, por conseguinte, na verdade ofende a dignidade profissional do próprio policial, pois dá vazão para um expediente repelente que lhe retira seu senso cidadão de agir conforme a força da racionalidade. O soldado se

torna assim apenas uma máquina, mas toda máquina, após determinado período de utilização, se torna descartável.

O caráter repressivo das forças policiais está sempre ao serviço da proteção da lógica do mercado, dos seus interesses, dos seus negócios. Os seus símbolos heráldicos comprovam essa afirmação. A pujança econômica depende, de certa forma, da supressão dos riscos sociais perpetrados pela criminalidade marginal. Por isso o (ultra) liberalismo econômico em sua versão brasileira não hesita em encampar discursos virulentos nas pautas de segurança pública.² O que os ideólogos do livre mercado não atentam, hipocritamente, é para o fato de que grande parte dos desajustes econômicos que motivam a fragmentação do tecido social decorre precisamente das desigualdades estruturais que amplificam cada vez mais o hiato entre a elite plutocrática e a massa desvalida e precária. No meio desses extremos encontramos uma classe média acuada, que sonha em ascender socialmente e teme se proletarizar, e assim manifesta posicionamentos axiológicos nitidamente reacionários.

As corporações policiais, constituídas sob os princípios do militarismo e da lógica do combate ao inimigo, são completamente incapacitadas, institucionalmente, em seguir os parâmetros fundamentais da civilidade e dos direitos humanos. As forças policiais, não obstante todo discurso contrário, não se adequam perante nenhuma constitucionalidade jurídica. Cumprem assim seu papel basilar, o de

² “No caso brasileiro, temos um liberalismo que jamais aceitou a inovação econômica, que não aceita a regulação da propriedade e que nunca rompeu com as estruturas do Estado Patrimonial” (AVRITZER, 2019, p. 82).

defender a propriedade privada, o establishment social verticalizado, autoritário e repressivo. Basta analisarmos os seus símbolos distintivos para reconhecermos quem é o senhor da polícia. Mudam-se as configurações históricas, sociais e econômicas, mas sempre as classes dominantes são as mandatárias dos aparatos repressivos da polícia. Os segmentos médios de nossa sociedade também se beneficiam da atuação ostensiva dos seus agentes, mas volta e meia ocorrem equívocos de procedimento, contingências, e assim finalmente as corporações policiais são demonizadas, pois seus atos truculentos afetam cidadãos dotados de poder de consumo e de visibilidade social. A morte de um favelado é um dado estatístico, a de um “cidadão de bem” uma tragédia.

Na ordem comum de nosso desajuste social, as ações violentas dos policiais contra os pobres e pretos são a tônica, pouco incomodando assim nossa idiotizada burguesia, preocupada apenas com sua narcísica satisfação dos desejos, com suas viagens para o exterior, com suas aplicações nos fundos de investimento, com suas futilidades morais e seus dramas autocentrados. Isso não significa que não existam tentativas iluministas de se reformar os aparatos policiais de modo a adequá-las ao crivo das instituições democráticas. Também isso não quer dizer de maneira alguma que todos os agentes policiais são adeptos da truculência, da ação sangüinária, da necrofilia. As constantes tensões cotidianas ocasionam transtornos psíquicos para esses policiais da linha de frente, e assim muitos deles sofrem inapelavelmente os efeitos de um regime de violência do qual eles mesmos são atores efetivos. Depressão, ansiedade, insônia, crise de pânico, delírios psicóticos e outros males

corrosivos assolam as vidas dos policiais, desumanizados em um processo cruento de violência endêmica. Talvez apenas os membros da chamada banda podre da corporação policial, organizada nos esquadrões da morte e nas máfias milicianas, não apresentem os efeitos deletérios da convivência com os horrores das zonas deflagradas da guerra urbana. Como contraponto aos quadros assassinos de alguns setores policiais, a urgência de uma gestão democrática da segurança pública mobilizou grupos progressistas das forças policiais para a composição de brigadas antifascistas, promovendo uma série de ações sociais para fomentar a mudança na forma de atuação policial no cotidiano social. Esses são policiais reflexivos, conscientes das contradições estruturais da sociedade capitalista, injusta, punidora e excludente. Existem ainda muitos agentes que, apesar de desprovidos de consciência de classe e do discurso emancipador do progressismo social, atuam, louvável seja, conforme os critérios constitucionais. Contudo, as ações republicanas desses indivíduos e segmentos corporativos são bastante esqueléticas em relação ao modus operandi tradicional que vigora no sistema policial. Porém, apesar dessa desproporção, é certamente um alento para uma possível reestruturação da logística e da estratégia de atuação policial em nossa sociedade degradada.

A vida dos moradores das favelas é calcada pela pedagogia do medo. Essas pessoas aprendem desde a infância a retraírem os seus hábitos pelo temor da agressão, da morte, acostumando-se a cada dia com a humilhação da existência desprovida de cidadania, onde apenas a violência e a truculência legislam. Os favelados são subjugados por um Estado de Exceção permanente. Seus sofrimentos e incertezas raramente

encontram guarida na opinião pública, e apenas a ação intrépida de setores políticos e midiáticos comprometidos com a justiça social consegue dar visibilidade pública para essas vidas nascidas sob o signo da opressão estrutural. Para Marcos Rolim,

A violência policial, bem como toda atividade estruturada pelo modelo reativo de policiamento, é seletiva. Ela se faz presente quando as vítimas são pobres e humildes; quando os próprios policiais intuem que elas situam-se tão à margem da sociedade que seus eventuais e improváveis protestos não serão ouvidos (ROLIM, 2006, p. 48).

Os favelados não têm direito de reunião, não têm direito ao lúdico, ao prazer da festa. Para a gestão opressora da máquina de violência burguesa, os pobres devem apenas se conformar docilmente ao sistema casa-trabalho. Diversão e arte, quando possível, ou melhor, quando permitido, apenas nos seus restritos espaços periféricos de sociabilidade, mas sempre até segunda ordem e sob o controle constante dos aparatos repressivos, que não hesitam em estragar as celebrações. As elites, apesar de todas as transformações sociais significativas vivenciadas no lento processo de modernização cenário político brasileiro, não aceitam partilhar com os pobres os mesmos espaços de convivência. Com o recrudescimento do reacionarismo fascista não seria de estranhar se estabelecerem uma efetiva versão nacional do apartheid, institucionalizando o que já existe informalmente em nossos grandes centros urbanos. As massas faveladas são relegadas à invisibilidade e obrigadas a se adequarem ao crivo de um urbanismo autoritário para que possam talvez viver uma mínima integração com a cidade normalizada. Muros de contenção para que o cidadão

de bem não veja a pobreza estrutural das favelas nas grandes vias públicas, barracos pintados de verde para que haja uma fusão visual entre as casas e a paisagem natural são alguns exemplos dessa política asséptica de velamento das contradições sociais da cidade: “Os favelados sabem que são a sujeira ou a praga que seus governos preferem que o mundo não veja (DAVIS, 2006, p. 111)

A favela, apesar de todas os projetos urbanísticos de integração ao seio da cidade, é sempre configurada como a antítese da própria cidade compreendida como espaço da normalidade. A favela é o grande outro, a face obscura em que pretensamente vigora a anomia e a insubmissão ao espírito da ordem. A favela, conforme a representação que dela faz o espírito burguês, expressa o princípio da incerteza, onde nada é preciso, tudo é fluido e volátil. No imaginário reacionário da opinião pública, os habitantes das favelas são coniventes com as redes do crime organizado, do narcotráfico, são indolentes, avessos aos compromissos civis. Contudo, o rancor mediano da sociedade do asfalto desvia o olhar para os crimes cometidos pelos banqueiros, pelos empresários salafrários, pelos “humanos direitos” que se utilizam de engenhosos subterfúgios para não pagar impostos e para acobertar uma miríade de crimes contra a sociedade. Jovens abastados queimam mendigos nas ruas e não são punidas por essas atrocidades. Motoristas embriagados atropelam pedestres e causam horrendos “acidentes” de trânsito e recebem toda sorte de suporte legal para que permaneçam em liberdade. O senso comum acredita que o cerne da criminalidade está nas favelas. Engano estúpido, está nos condomínios de luxo dos bairros nobres.

As incursões assassinas das forças policiais em suas operações necrófilas representam a estratégia fascista de guerra total contra o inimigo sujo que, por não ter direito ao viver, deve morrer. A ubiquidade dos projéteis que encerram vidas imputadas como desprovidas de valor evidencia que a máquina do governo pretende fazer da morte aleatória um sistema de contenção social. As balas perdidas, refugo excrescente de uma sociedade de processo incompleto de modernização técnica, são a representação mais terrífica de uma política que naturaliza o horror e a exclusão social. A escalada da barbárie se amplifica com as execuções operacionalizadas por policiais que alvejam pessoas como se estas fossem animais de caça. Habitantes das localidades mais pobres são imputadas como criminosas ontológicas: “É o caso de se perguntar: a forma extrema da gestão punitiva da miséria não consiste em suprimi-la pela eliminação física dos miseráveis?” (WACQUANT, 2008, p. 114).

Qualquer movimento brusco, qualquer atitude suspeita, qualquer objeto que se assemelhe a uma arma justificam execuções assépticas realizadas com precisão cirúrgica por atiradores de elite. Um trabalhador numa laje de casa, ao martelar um objeto, é confundido com um criminoso e assim é eliminado. Um jovem que porta um guarda-chuva é confundido com um traficante que porta um fuzil e assim é eliminado. A grande e inevitável questão: será que os executores, peritos na arte de atirar, confundem de forma tão grotesca os alvos? Considerando-se as circunstâncias necrófilas que imperam na hegemonia do fascismo tecnocrático das corporações policiais, somos levados a acreditar que tais “acidentes” não são meros excessos derivados do empenho da máquina pública contra o

crime organizado, esses atos aniquiladores são propositais para que a fobia e a precariedade se consolidem na agenda de repressão governamental contra os pobres. Aproveitemos uma importante colocação de Octavio Ianni que se encaixa convenientemente na análise dessa questão:

A forma pela qual os governantes lidam com os problemas do povo, do trabalhador, operário e camponês, implica a prática da violência policial como técnica principal de administração e domínio. Todo questionamento, toda reivindicação começam por estar sujeitos à suspeição (IANNI, 2019, p. 261).

Os favelados são sempre as massas perigosas que devem permanecer submissas e silenciadas. Suas poucas vidas são dádivas. Os helicópteros são a máquina de morte que suprime o direito ao viver dos favelados, máquina de horror cujo voo é a representação encarnada do poder violento de um sistema de governo que vislumbra atormentar as vidas dessas pessoas desprovidas de garantias constitucionais. Quem está protegido diante de tal sanha criminoso perpetrada pela truculência policial? Noites insones e dias que se iniciam já com tiroteios e incursões agressivas são forçosamente naturalizadas nas vidas dessas pessoas. A casa, espaço sagrado da família, não é capaz de salvaguardar ninguém perante as rajadas do fuzil. Protestos dos favelados contra a letalidade policial são silenciados. O grande pesadelo de nossa modernidade destruída ocorrerá quando os helicópteros alvejarem gente branca dos bairros nobres, apenas pelo gozo de matar, pelo prazer de executar pessoas de maneira despropositada. Qualquer um que estiver visível em um espaço público poderá vir a ser metralhado por um soldado-tecnocrata,

carrasco executor da política da morte. Mais do que nunca a morte vem do alto, não pela ação de um deus da carnificina que exige o derramamento de sangue humano, ou pela ação catastrófica das forças desenfreadas da natureza, mas sim pelo empreendimento planejado da cultura do massacre que é inerente ao espírito assassino de agentes públicos que encontram satisfação moral em aniquilar indistintamente indivíduos, pessoas singulares, narrativas históricas e possibilidades existenciais extintas. Não há reparação para esse grande crime governamental, não há conciliação, a tragédia política marca com ferro e sangue sua marca indelével nas vidas daqueles que sofrem dos efeitos exterminadores dos aparelhos da violência estatal. Talvez a indolência burguesa somente acorde de seu sono encantado quando as massas faveladas ocuparem os espaços públicos e se engajarem em uma violenta luta social por resistência e reconhecimento. Conforme argumenta Beatriz Jaguaribe,

Em face do pânico da “favela insurgente”, diante do temor da guerra de facções no interior das mesmas e mediante a perspectiva de um futuro sombrio, em que a favela será a cidade, a hipervisibilidade dos excluídos assume uma feição pedagógica. Os excluídos devem exercer seus poderes de automodelação e fornecer os vocabulários da nomeação, simbolização e representação de uma realidade cujo sentido também está em disputa (JAGUARIBE, 2007, p. 93-94).

Teríamos assim a forja de uma nova ordem social, necessária e conveniente para substituir a atual vigência, incapaz de promover paz, justiça, liberdade, solidariedade, empatia, dignidade, democracia radical.

Considerações finais

A sociedade brasileira vive um processo de déficit democrático. No decorrer de nossa história nacional vivemos poucos períodos de democracia formal. Acostumada ao autoritarismo das estruturas do poder, o povo brasileiro naturalizou esse cerceamento da vida em nome da ordem, da moral, dos bons costumes. O mais importante sempre foi não sofrer na pele a opressão estatal tal como os desviantes, os marginais, os desprovidos de direitos e os pobres sofrem. A ausência de uma experiência substantiva de cidadania estabeleceu um poderoso vazio social, na qual o indivíduo tende a permanecer autocentrado em suas ações e modo de vida, raramente conectado em redes solidárias de sociabilidade. As reformas políticas promovidas pelos nossos esparsos governos progressistas não conseguiram modificar as estruturas mais profundas de nossas instituições jurídicas e militares, adeptas de traços excludentes e autoritários nas suas configurações organizacionais. Quando o poder é conquistado por uma malta reacionária que pretende estabelecer um fundamentalismo teocrático no Brasil com o suporte da truculência armamentista, da violência legalizada e da dissolução dos direitos civis, percebemos que estamos no limiar da queda absoluta no nada. Por isso não basta tentarmos suportar estoicamente com dignidade moral e belas palavras edificantes a grande prova política na qual passamos, é imprescindível coragem para enfrentarmos a virulência reacionária que faz do medo, da humilhação, da destruição e da legitimação ideológica da ignorância a sua bandeira de sangue, não obstante sua falsa devoção ao verde e amarelo. Esses eventos de decadência democrática são importantes para constataremos o quanto estamos ainda

distantes de uma organização social empática regida pelo empenho de estabelecimento do bem comum, que somente será alcançado quando o mercado for devidamente controlado e subjugado pelas forças sociais. Conforme disse José Bonifácio de Andrada e Silva, “A maior corrupção se acha onde a maior pobreza está ao lado da maior riqueza” (ANDRADA E SILVA, 2000, p. 101)

Referências

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. **Projetos para o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/Publifolha, 2000.

AVRITZER, Leonardo. **O pêndulo da democracia**. São Paulo: Todavia, 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da Pós-Modernidade**. Trad. de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BEINSTEIN, Jorge. **Capitalismo Senil: a grande crise da economia global**. Trad. de Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2001.

BLOCK, Walter. **Defendendo o indefensável**. Trad. de Rosélis Maria Pereira. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. Trad. de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

IANNI, Octavio. **A Ditadura do Grande Capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

JAGUARIBE, Beatriz. **O choque do real: estética, mídia e cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

ROLIM, Marcos. **A Síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI**. Oxford: University of Oxford; Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SOARES, Luiz Eduardo. **Desmilitarizar: Segurança Pública e Direitos Humanos**. São Paulo: Boitempo, 2019.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso: da escravidão a Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

STUART MILL, John. **Sobre a Liberdade**. Trad. de Alberto da Rocha Barros. Petrópolis: Vozes, 1991.

WACQUANT, Lôic. **As duas faces do gueto**. Trad. de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2008.

Recebido em 2019-10-16
Publicado em 2019-10-25